

Nogueira Batista garante que este ano País negocia com independência

BRASÍLIA — O Governo brasileiro vai adotar uma posição independente e diferente das usadas no passado, para renegociar a dívida externa. Segundo o Assessor para Assuntos Financeiros Internacionais do Ministério da Fazenda, Paulo Nogueira Batista, o Brasil não está indo atrás dos banqueiros para pedir novos empréstimos, não cogita de fazer acordo com o FMI, não está pedindo empréstimo-ponte, e não adotará medidas para elevar o saldo comercial, prejudicando o crescimento do País.

Ele explicou que o Governo fará sua proposta na mesa de negociações, e manterá em suspenso, por prazo indeterminado — até que essas negociações atendam aos interesses nacionais —, o pagamento dos encargos financeiros da dívida (juros e **spread**). Nogueira Batista não quis adiantar qual é a proposta brasileira aos credores, mas considerou boa e inteligente a idéia de só pagar os juros reais (descontada a inflação americana da taxa externa). O que reduz as despesas desta conta.

O assessor lembrou que a suspensão do pagamento dos encargos, com a manutenção do pagamento dos demais compromissos externos, é uma definição do Presidente Sarney, que significa o respeito pelo capital estrangeiro, à tecnologia externa e à abertura do mercado às importações,

mesmo que reduza os saldos comerciais brasileiros.

Essa opção, na avaliação de Nogueira Batista, é uma definição de que os pagamentos sacrificados serão referentes aos encargos. O País apresentará uma proposta que limita o valor do pagamento desta conta, segundo ele.

Pelos dados de Nogueira Batista, o saldo comercial de 1987 ficará em US\$ 8 bilhões (Cz\$ 157,6 bilhões), contra uma despesa com juros, lucro e dividendos de US\$ 11 bilhões (Cz\$ 214,77 bilhões) — que não inclui as remessas a título de repatriação de capital e amortizações de empréstimos. No total, segundo ele, a despesa global ficará em US\$ 13 bilhões (Cz\$ 254,17 bilhões). Desta forma, ficam faltando US\$ 5 bilhões (Cz\$ 9,85 bilhões) para fechar o balanço de pagamentos.

O assessor do Ministro da Fazenda considera inviável qualquer acordo com o FMI, mesmo que este compromisso permita o crescimento interno. Para ele, o Presidente Sarney fez uma clara opção de ajuste do balanço de pagamentos com preservação do volume de reservas. E não se teme represálias, que, conforme lembrou Nogueira Batista, não foram apontadas ainda, uma semana após a suspensão do pagamento dos juros.